

O Uso do Conhecimento na Sociedade

Friedrich A. Hayek

Tradução:

Francisco Silva e

Pedro Almeida Jorge



+Liberdade

O Uso do Conhecimento na Sociedade

1

Qual é o problema que queremos resolver quando tentamos construir uma ordem económica racional? Sob determinados pressupostos familiares, a resposta é bastante simples: se possuímos todas as informações relevantes, se pudermos tomar como ponto de partida um dado sistema de preferências, e se possuímos total conhecimento sobre os meios disponíveis, o problema que sobra é de ordem puramente lógica – isto é, a resposta para a questão de qual seria o melhor uso dos meios disponíveis encontra-se implícita nas nossas hipóteses. As condições que a solução deste problema de optimização deve satisfazer já se encontram totalmente resolvidas e encontram a sua melhor expressão numa fórmula matemática: na sua forma mais reduzida, elas estabelecem que as taxas marginais de substituição entre dois bens ou factores têm de ser as mesmas para todos os seus diferentes usos.

Contudo, este, enfaticamente, *não é* o problema económico que a sociedade enfrenta. E o cálculo económico que desenvolvemos para resolver este problema lógico, embora seja um passo importante para a sua resolução, ainda não nos fornece uma resposta. A razão para isto é o facto de os “dados” a partir dos quais o cálculo económico se inicia não serem, nem nunca poderem ser, para a globalidade da sociedade, um “dado” apreensível por uma única mente que consiga deduzir as suas implicações.

O carácter peculiar do problema da ordem económica racional é determinado precisamente pelo facto de o conhecimento das circunstâncias de que devemos fazer uso nunca existir de uma forma concentrada ou integrada, mas apenas sob a forma de porções de conhecimento disperso, incompleto e frequentemente contraditório, detido separadamente por todos os indivíduos. O problema económico da sociedade não é, portanto, somente um problema de como alocar recursos “dados” — se por “dado” se entender aquilo que é apreendido por uma única mente, a qual resolveria de forma deliberada o problema colocado por esses “dados”. É antes a questão de como assegurar o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer um dos membros da

Originalmente publicado na *American Economic Review*, Vol. XXXV, n.º 4 (Setembro de 1945), págs. 519-30. A presente tradução seguiu a republicação incluída como capítulo iv na compilação *Individualism and Economic Order* (1948).

sociedade, para fins cuja importância relativa também somente esses indivíduos conhecem. Ou, para sintetizar, é o problema da utilização de conhecimento que não é possuído por ninguém na sua totalidade.

Receio que esta característica do nosso problema fundamental tenha vindo a ser mais obscurecida do que iluminada por muitos dos recentes desenvolvimentos da teoria económica, em particular por muitos dos usos da matemática. Embora o problema com que tenciono primordialmente lidar neste artigo seja o de uma organização económica racional, deverei, no seu decurso, ser levado a apontar diversas vezes as suas estreitas ligações com certas questões metodológicas. Muitos dos pontos a que desejo fazer menção são, na verdade, conclusões para as quais diversas trajectórias de reflexão inesperadamente convergiram. Porém, na perspectiva que agora mantenho sobre estes problemas, esta convergência não acontece por acaso: parece-me que muitas das discussões actuais a respeito tanto da teoria económica como da política económica têm uma origem comum num equívoco sobre a natureza do problema económico da sociedade. Este equívoco, por sua vez, é causado por uma transferência indevida para fenómenos sociais de hábitos de pensamento que foram desenvolvidos para lidar com fenómenos da natureza.

2

Na linguagem comum, descrevemos com a palavra “planeamento” aquele complexo de decisões inter-relacionadas sobre a alocação dos recursos disponíveis. Toda a actividade económica é, neste sentido, um planeamento; e, em qualquer sociedade na qual muitas pessoas colaboram, este planeamento, seja quem for que o faça, terá até certo ponto de se basear em conhecimento que, numa primeira instância, não se encontra na posse do planeador, mas sim de alguma outra pessoa, e que de algum modo terá de ser transmitido ao planeador. As várias maneiras pelas quais o conhecimento em que as pessoas baseiam os seus planos lhes é comunicado constituem o problema crucial de qualquer teoria que pretenda explicar o processo económico, e o problema de como utilizar da melhor maneira possível o conhecimento que se encontra inicialmente disperso entre todas as pessoas é, no mínimo, uma das principais questões da política económica — ou da concepção de um sistema económico eficiente.

A resposta a esta questão está intimamente ligada a outra questão que aqui se levanta: a de *quem* deve fazer o planeamento. É em torno desta questão que

toda a discussão sobre “planeamento económico” gira. Não é uma discussão sobre se o planeamento deve ou não ser feito: é uma disputa sobre se o planeamento deve ser feito de forma centralizada, por uma única autoridade e abrangendo todo o sistema económico, ou se deve ser dividido entre vários indivíduos. No sentido específico em que o termo é utilizado no debate contemporâneo, planeamento significa, necessariamente, planeamento central – a direcção de todo o sistema económico de acordo com um plano unificado. A concorrência, por outro lado, significa um planeamento descentralizado por várias pessoas distintas. O ponto de intermédio entre os dois, sobre o qual muitas pessoas falam, mas do qual poucos gostam quando o vêem, consiste na delegação do planeamento a indústrias organizadas, ou, por outras palavras, a monopólios.

A questão de saber qual destes sistemas tenderá a ser mais eficiente dependerá principalmente de saber sob qual deles podemos esperar que se faça um mais pleno uso do conhecimento existente. Tal, por sua vez, depende de saber se há maior probabilidade de sucesso na disponibilização, a uma única autoridade central, de todo o conhecimento que deverá ser utilizado, mas que inicialmente se encontra disperso por vários indivíduos diferentes, ou na transmissão, aos indivíduos, do conhecimento adicional de que necessitam para articular os seus planos com os dos outros.

3

A este respeito, tornar-se-á prontamente evidente que a conclusão será diferente consoante os diferentes tipos de conhecimento em causa. A resposta à nossa questão girará, por conseguinte, em torno da relativa importância dos diferentes tipos de conhecimento: aquele mais susceptível de estar na posse de indivíduos particulares, e aquele que, com maior probabilidade, devemos contar encontrar ao dispor de uma autoridade composta de especialistas devidamente escolhidos. Se hoje é tão frequente assumir-se que estes últimos estarão em melhor posição para planear, isso acontece porque um determinado tipo de conhecimento – a saber, o conhecimento científico – ocupa na actualidade um lugar tão proeminente no nosso imaginário comum que tendemos a esquecer-nos de que esse não é o único tipo de conhecimento relevante. Podemos assumir que, no que respeita ao conhecimento científico, um corpo de especialistas devidamente seleccionados se poderia encontrar nas melhores condições para

orientar o melhor conhecimento disponível — ainda que, como é óbvio, tal represente apenas um desvio das dificuldades para o problema de seleccionar esses especialistas. O que eu desejo salientar é que, mesmo admitindo que esse problema possa ser facilmente resolvido, ele é apenas uma pequena parte de um problema mais amplo.

Hoje, é quase uma heresia sugerir que o conhecimento científico não é o cúmulo de todo o conhecimento. No entanto, um pouco de reflexão mostrará que há, indubitavelmente, um corpo de conhecimento muito importante, mas não organizado, que não poderia ser chamado de científico no sentido de conhecimento de regras gerais: falo do conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e espaço. É por esta razão que praticamente todos os indivíduos têm alguma vantagem sobre os restantes, pois possuem informação exclusiva que pode ser útil, mas cuja utilização só poderá efectuar-se se as decisões dela dependentes forem deixadas ao indivíduo, ou se forem implementadas com a sua activa cooperação. Basta recordar o quanto nos vemos forçados a aprender em qualquer ocupação, mesmo depois de termos completado a nossa formação teórica; o quanto da nossa vida laboral dedicamos à aprendizagem de tarefas específicas; e o quão valioso é, em todas as circunstâncias da vida, o conhecimento sobre as pessoas, as condições locais e as circunstâncias concretas. Conhecer e empregar uma máquina ainda não plenamente utilizada, ou os talentos de determinada pessoa que poderiam ser mais bem explorados, ou ter consciência de um stock excedentário que poderia ser aproveitado durante uma interrupção do fornecimento de determinado bem, tudo isso é socialmente tão útil quanto o conhecimento das melhores técnicas alternativas. O carregador que ganha a vida aproveitando as viagens que, de outro modo, estariam total ou parcialmente vazias nos navios itinerantes, ou o agente imobiliário cujo conhecimento se centra quase exclusivamente em oportunidades temporárias, ou o arbitragista que realiza ganhos com diferenças locais nos preços de *commodities*, são todos exemplos de funções eminentemente úteis que se baseiam num conhecimento especial das circunstâncias de um momento transitório que não são conhecidas pelos demais.

É um facto curioso que este tipo de conhecimento seja visto hoje em dia com uma espécie de desprezo e que quem quer que dele beneficie, superando os mais bem dotados de conhecimento teórico ou técnico, veja a sua conduta ser

considerada como quase desonrosa. Obter uma vantagem por se ter um melhor conhecimento de meios de comunicação ou transporte é visto, por vezes, como algo quase desonesto, embora fazê-lo, explorando as melhores oportunidades disponíveis, seja tão importante para a sociedade quanto utilizar as mais recentes descobertas científicas. Este preconceito tem em grande medida afectado as atitudes prevalecentes a respeito do comércio em geral, em comparação com o que acontece em relação à produção. Mesmo economistas que se consideram definitivamente imunes às cruéis falácias materialistas do passado cometem constantemente esse mesmo erro quando estão em causa actividades voltadas para a aquisição de tal conhecimento prático — aparentemente porque, na sua visão das coisas, todo o conhecimento deste tipo é tido como algo “dado”. A ideia geral parece agora ser de que todo o conhecimento deste tipo deveria encontrar-se prontamente à disposição de todos, e a acusação de irracionalidade levantada contra a ordem económica existente assenta frequentemente no facto de que ele não se encontra assim tão disponível. Este ponto de vista desconsidera o facto de que o método pelo qual tal conhecimento se pode tornar tão largamente disponível quanto possível é precisamente o problema para o qual temos de encontrar uma resposta.

4

Se hoje em dia está na moda minimizar a importância do conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e espaço, isso está intimamente relacionado com a menor importância que presentemente se atribui à mudança enquanto tal. Com efeito, poucos são os aspectos em que as hipóteses consideradas (geralmente apenas de forma implícita) pelos “planeadores” diverjam tanto das dos seus oponentes como no que respeita ao significado e frequência de mudanças que tornam necessárias alterações substanciais aos planos de produção. Naturalmente, se se pudesse elaborar com antecedência planos económicos detalhados para períodos de tempo relativamente longos e executá-los rigorosamente, de tal forma que nenhuma outra decisão económica de relevo fosse necessária, a tarefa de elaborar um plano abrangente para a condução de toda a actividade económica seria muito menos assombrosa.

Talvez seja importante realçar que os problemas económicos surgem sempre e apenas como consequência da mudança. Enquanto as coisas prosseguem como antes, ou pelo menos como estavam previstas, não surge

nenhum novo problema para o qual uma decisão seja necessária, não há necessidade de elaborar um novo plano. A crença de que as mudanças, ou pelo menos os ajustamentos do dia-a-dia, se tornaram menos importantes nos tempos modernos tem implícita a ideia de que os problemas económicos também se tornaram menos importantes. As pessoas que acreditam na decrescente importância da mudança são, por esse motivo, geralmente as mesmas que argumentam que a importância de considerações económicas foi relegada para segundo plano pela crescente importância do conhecimento tecnológico.

Será verdade que, face aos sofisticados mecanismos da produção moderna, as decisões económicas só são necessárias de tempos a tempos, como na construção de uma nova fábrica ou na introdução de um novo processo? Será verdade que, uma vez construída uma unidade produtiva, tudo o resto será mais ou menos mecânico, determinado pela natureza da fábrica, deixando pouco que modificar na adaptação às circunstâncias do momento, em constante mutação?

A crença bastante difundida numa resposta afirmativa a estas questões não é, tanto quanto posso verificar, corroborada pela experiência prática dos empresários. Em qualquer indústria concorrencial — e somente tais indústrias poderão servir como termo de comparação — a tarefa de impedir o aumento dos custos requer um esforço constante e absorve grande parte da energia do gestor. Que é fácil para um gestor ineficiente dissipar as margens das quais depende a rentabilidade, e que é possível, com o mesmo equipamento técnico, produzir com uma grande variedade de custos: eis dois lugares comuns da experiência empresarial, que não parecem ser igualmente familiares ao estudo do economista. A própria intensidade do desejo, constantemente manifestado por produtores e engenheiros, de que os deixem prosseguir sem o entrave das considerações financeiras é um eloquente testemunho do quanto esses factores influenciam o seu trabalho diário.

Uma das razões pelas quais os economistas se revelam cada vez mais susceptíveis ao esquecimento das pequenas e constantes mudanças que compõem a totalidade do enquadramento económico é, provavelmente, a sua crescente preocupação com agregados estatísticos, que revelam muito maior estabilidade do que as oscilações dos detalhes. A relativa estabilidade dos agregados não pode, contudo, ser explicada — como os estatísticos por vezes parecem inclinados a fazer — pela “lei dos grandes números” ou pela mútua

compensação de mudanças aleatórias. O número de elementos com os quais temos de lidar não é suficientemente grande para que tais forças acidentais produzam estabilidade. O fluxo contínuo de bens e serviços é mantido por meio de ajustes constantes e deliberados, por novas disposições feitas todos os dias à luz de circunstâncias não conhecidas no dia anterior, por *B* entrar em acção quando *A* deixa de funcionar. Mesmo a grande fábrica, altamente mecanizada, continua a sua actividade em grande parte por se encontrar envolta num ambiente do qual se pode socorrer para remediar todos os tipos de necessidades inesperadas: telhas para o telhado, papéis e formulários para os escritórios, e os mil e um tipos de equipamentos em que a unidade produtiva não consegue ser auto-suficiente e cuja pronta disponibilidade no mercado os planos de funcionamento da fábrica requerem.

Este é, talvez, o ponto em que devemos também mencionar de passagem que o tipo de conhecimento a que nos referimos é um conhecimento de um tipo que, pela sua própria natureza, não pode entrar em estatísticas e, portanto, não pode ser transmitido a nenhuma autoridade central em relatórios estatísticos. As estatísticas que essa autoridade central se veria forçada a utilizar teriam de ser obtidas fazendo precisamente abstracção das pequenas diferenças entre os diversos elementos e agrupando, como recursos de um mesmo tipo, itens que diferem quanto à sua localização, qualidade e outras características, e de uma maneira que pode ser muito significativa para a decisão em causa. Daí resulta que o planeamento central com base em informação estatística não é, pela sua natureza, capaz de tomar directamente em consideração as circunstâncias de tempo e espaço, e que o planeador central terá de encontrar alguma forma de as decisões delas dependentes serem delegadas no “funcionário local”.

5

Se concordarmos que o problema económico da sociedade gira principalmente em torno da rápida adaptação a mudanças nas circunstâncias particulares de tempo e espaço, parece daí decorrer que as decisões devem em última instância ser deixadas às pessoas que estejam familiarizadas com essas circunstâncias. Estas pessoas têm conhecimento directo das mudanças relevantes e dos recursos imediatamente disponíveis para lhes dar resposta. Não podemos esperar que este problema seja resolvido comunicando primeiro todo aquele conhecimento a um comité central, o qual, por sua vez, e só depois de

integrar *todo* o conhecimento, emitirá as suas ordens. Devemos resolvê-lo por via de alguma forma de descentralização. Porém, isso responde apenas a parte do nosso problema. Precisamos de descentralização porque só assim podemos assegurar que o conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e espaço será prontamente utilizado. Contudo, o “funcionário local” não pode tomar uma decisão unicamente com base no seu conhecimento limitado, ainda que íntimo, da sua envolvente imediata. Há ainda o problema de lhe comunicar a informação adicional de que necessita para ajustar as suas decisões ao padrão global de mudanças que ocorrem no sistema económico mais amplo.

De quanto conhecimento precisará para o fazer com sucesso? Que eventos para lá do seu horizonte de conhecimento imediato serão relevantes, e qual o nível de detalhe necessário a seu respeito?

Não há quase nada que aconteça em algum lugar do mundo que não *possa* ter um efeito sobre a decisão que este agente deve tomar; mas ele não precisa de conhecer estes eventos enquanto tal, nem *todos* os seus efeitos. Não é relevante para ele o motivo *por que*, naquele momento específico, a procura de parafusos de certo tamanho é maior do que a de parafusos de outros tamanhos, *por que* motivo é mais fácil encontrar sacos de papel do que sacos de lona, ou *por que* motivo a mão de obra qualificada ou certas ferramentas se tornaram, em determinado momento, mais difíceis de obter. Tudo o que lhe interessa saber é *quão mais ou menos* difíceis de obter se tornaram, quando comparadas com outras coisas que também lhe dizem respeito; ou quão mais ou menos urgentemente desejados são os objetos alternativos que ele produz ou utiliza. O seu interesse é sempre na importância relativa dessas coisas concretas; as causas que alteram essa importância relativa não são do seu interesse, pelo menos para lá do efeito que possam ter sobre os aspectos concretos da sua envolvente.

É neste âmbito que aquilo a que chamo de “cálculo económico” (ou de Lógica Pura da Escolha) nos ajuda, pelo menos por analogia, a ver como este problema pode ser solucionado, e como de facto está a ser solucionado, pelo sistema de preços. Nem mesmo uma mente controladora independente, em posse de todos os dados relativos a um sistema económico pequeno e isolado, chegaria a verificar explicitamente — de cada vez que algum pequeno ajuste na alocação de recursos precisasse de ser feito — todas as relações entre meios e fins que poderiam eventualmente ser afectadas. É na verdade um grande contributo da Lógica Pura da Escolha o ter demonstrado, de forma conclusiva,

que até mesmo essa tal mente isolada somente poderia resolver este tipo de problema recorrendo à construção e ao uso constante de taxas de equivalência (ou de “valores”, ou de “taxas marginais de substituição”), isto é, atribuindo a cada tipo de recurso escasso um índice numérico, que não será possível derivar de nenhuma propriedade dessa coisa em particular, mas que reflecte, ou no qual é condensada, a sua relevância face a toda a estrutura de meios e fins. Face a qualquer pequena alteração, essa mente terá somente de considerar estes índices quantitativos (ou “valores”) em que toda a informação relevante se encontra concentrada; e então, ao ajustar as quantidades uma por uma, poderá reorganizar adequadamente as suas disposições, sem ter de resolver todo o puzzle *ab initio* ou sem precisar, em qualquer momento, de o examinar em todas as suas ramificações.

Fundamentalmente, num sistema em que o conhecimento dos factos relevantes se encontra disperso por muita gente, os preços podem intervir na coordenação das acções individuais de diferentes pessoas, da mesma forma que os valores subjectivos ajudam o indivíduo a coordenar as diferentes partes do seu plano. Vale a pena determo-nos por um momento numa instância muito simples e comum da acção do sistema de preços, para vermos precisamente o que ele consegue alcançar. Suponhamos que num determinado lugar do mundo surge uma nova oportunidade para utilizar uma certa matéria-prima, por exemplo, o estanho, ou que uma das fontes de abastecimento de estanho foi eliminada. Não importa para o nosso exemplo — e é significativo que não importe — qual dessas duas causas tornou o estanho mais escasso. Tudo o que os utilizadores de estanho precisam de saber é que uma parte do estanho que eles costumavam consumir é agora mais lucrativamente empregada noutros fins, e que, como consequência disso, eles deverão economizar no seu uso de estanho. Para a sua grande maioria, não há necessidade de saber onde surgiu essa necessidade mais premente ou em favor de que outras necessidades deverão economizar esse bem. Se somente alguns deles tiverem conhecimento directo dessa nova procura e realocarem os seus recursos na sua direcção, e se as pessoas cientes da nova lacuna assim gerada a preencherem, por seu turno, a partir de outras fontes, o efeito propagar-se-á rapidamente por todo o sistema económico e influenciará não só todos os usos do estanho, mas também o uso dos seus substitutos e dos substitutos dos substitutos, bem como a oferta de todas as coisas feitas de estanho, e dos seus substitutos, e assim por diante; e tudo isso

sem que a grande maioria daqueles que desempenharam um papel na ocorrência destas substituições saiba o que quer que seja sobre a causa original destas mudanças. O todo age como um mercado integrado, não porque qualquer um dos seus membros verifique todo o processo, mas porque cada um dos seus campos de visão limitados coincide o suficiente para que, por meio de muitos intermediários, a informação relevante seja comunicada a todos eles. O simples facto de existir um preço para cada bem — ou de os preços locais se inter-relacionarem de acordo com o seu custo do transporte, etc. — torna possível a solução que (somente como mera possibilidade conceptual) poderia ser alcançada por uma mente única possuidora de toda a informação que se encontra, na verdade, dispersa por todas as pessoas envolvidas no processo.

6

Temos de encarar o sistema de preços como um desses mecanismos de comunicação de informação, se quisermos compreender a sua verdadeira função — uma função que, obviamente, ele cumprirá de forma tanto menos perfeita quanto mais rígidos se tornarem os preços. (Mesmo quando os preços cotados se tornam bastante rígidos, as forças que operariam por via da alteração dos preços operam ainda, até certo ponto, através de alterações aos outros termos do contrato). O facto mais significativo deste sistema é a economia de conhecimento com que opera, ou quão pouco os participantes individuais precisam de saber a fim de serem capazes de agir da forma mais correcta. De uma forma abreviada, através de uma espécie de símbolo, somente a informação mais essencial é transmitida — e transmitida apenas aos interessados. Constitui mais do que uma simples metáfora a descrição do sistema de preços como uma espécie de máquina regista de mudanças, ou como um sistema de telecomunicações que permite aos produtores individuais observarem simplesmente o movimento de alguns indicadores, tal como um engenheiro porventura observaria os ponteiros de uns quantos mostradores, por forma a ajustarem as suas actividades a mudanças acerca das quais poderão nunca conhecer mais do que se reflecte no movimento dos preços.

Está claro que estes ajustes provavelmente nunca serão “perfeitos” no sentido em que o economista os concebe na sua análise de equilíbrio. Todavia, receio que o nosso hábito teórico de abordar o problema na suposição de um conhecimento mais ou menos perfeito da parte de quase todas as pessoas nos

tenha feito ignorar, até um certo ponto, a verdadeira função do mecanismo de preços, e nos tenha levado a aplicar critérios deveras enganadores ao avaliar a sua eficiência. A maravilha deste mecanismo é que, num caso como o da escassez de uma matéria-prima, sem que uma ordem seja emitida, sem que mais do que talvez um punhado de pessoas conheça a sua causa, dezenas de milhares de pessoas, cuja identidade não seria possível determinar nem com meses de investigação, são levadas a utilizar essa matéria, ou os seus produtos, com mais moderação; ou seja, movem-se na direcção correcta. Isto não deixa de ser uma maravilha, mesmo que, num mundo em constante mudança, nem todos acertem de forma tão precisa nas suas decisões que as suas taxas de lucro se mantenham num nível uniforme ou “normal”.

Utilizei deliberadamente a palavra “maravilha” para chocar o leitor e fazê-lo questionar a complacência com que, muitas vezes, damos o funcionamento deste mecanismo por adquirido. Estou convencido de que, se este mecanismo fosse resultado de um planeamento humano intencional, e se as pessoas guiadas pelos movimentos dos preços tivessem consciência de que as suas decisões têm uma importância que vai muito para além dos seus objectivos imediatos, este mecanismo teria sido aclamado como um dos maiores triunfos da mente humana. O seu infortúnio é duplo, pois não é um produto do génio humano e as pessoas por ele guiadas normalmente não sabem porque é que são levadas a fazer o que fazem. No entanto, aqueles que clamam por um “planeamento deliberado” — e a quem custa acreditar que algo que evoluiu sem planeamento (e mesmo sem a nossa compreensão) possa resolver problemas que não sejamos capazes de resolver conscientemente — devem lembrar-se do seguinte: O problema é justamente o de saber como alargar o âmbito da utilização que fazemos dos recursos para lá da esfera de controlo de qualquer mente individual; e, portanto, o de saber como não necessitar de um controlo consciente e como estabelecer incentivos que levem os indivíduos a fazer as coisas necessárias sem que ninguém tenha de lhes dizer o que fazer.

O problema com que aqui nos deparamos não é de modo algum específico à Economia, mas surge relacionado com quase todos os fenómenos verdadeiramente sociais, com a linguagem e com a maior parte da nossa herança cultural, e constitui realmente o problema teórico central de toda a ciência social. Como Alfred Whitehead afirmou noutra contexto: “A ideia de que devemos cultivar o hábito de pensar naquilo que estamos a fazer é um truísmo

profundamente erróneo, repetido por todas as cartilhas e por pessoas eminentes nos seus discursos. Devemos fazer precisamente o oposto. A civilização avança ao ampliar o número de operações importantes que podemos realizar sem nelas pensar.” Isto tem uma profunda relevância no campo social. Fazemos uso constante de fórmulas, símbolos e regras cujo significado não compreendemos, e por intermédio dos quais nos valem de conhecimento que, individualmente, não possuímos. Desenvolvemos essas práticas e instituições com base em hábitos e instituições que provaram ser bem-sucedidos na sua própria esfera e que, por sua vez, se tornaram no pilar da civilização que construímos.

O sistema de preços é apenas uma dessas formações que o homem aprendeu a utilizar (embora ainda esteja longe de haver aprendido a melhor forma de o fazer) após nele ter tropeçado sem o compreender. Por meio dele, tornou-se possível não só a divisão do trabalho, mas também a utilização coordenada de recursos com base num conhecimento igualmente repartido. As pessoas que gostam de ridicularizar qualquer sugestão de que tal seja efectivamente verdade normalmente distorcem este argumento, insinuando nele a afirmação de que, por algum milagre, se desenvolveu de forma espontânea precisamente o sistema que melhor se adequa à civilização moderna. Mas as coisas passaram-se precisamente no sentido inverso: o homem foi capaz de desenvolver a divisão do trabalho em que se baseia a nossa civilização porque lhe aconteceu tropeçar num método que lhe tornou isso possível. Se não o tivesse feito, poderia ainda assim ter desenvolvido algum outro tipo de civilização completamente diferente, como o “Estado” das térmitas ou outro tipo de civilização totalmente inimaginável. Tudo o que podemos dizer é que ainda ninguém conseguiu conceber um sistema alternativo em que se possam preservar certas características do sistema existente que até aqueles que mais violentamente o atacam consideram valiosas — como é particularmente o caso do grau de liberdade com que os indivíduos podem escolher os seus desígnios e, conseqüentemente, usar livremente os seus conhecimentos e talentos.

7

É em diversos sentidos um desenvolvimento feliz que a discussão sobre a indispensabilidade do sistema de preços para qualquer tipo de cálculo racional numa sociedade complexa já não se dê exclusivamente entre facções que sustentam diferentes pontos de vista políticos. A tese de que, sem o sistema de

preços, não poderíamos preservar uma sociedade baseada em tão ampla divisão do trabalho quanto a nossa foi saudada com um alarido de escárnio quando proposta por von Mises há 25 anos atrás. Hoje em dia, as dificuldades que alguns ainda encontram para a aceitar já não são eminentemente políticas, e isso contribui para uma atmosfera muito mais propícia a uma discussão razoável. Quando vemos Leon Trotsky argumentar que “a contabilidade económica é impensável sem relações de mercado”; quando o Professor Oskar Lange promete ao Professor von Mises uma estátua nos corredores de mármore da futura Administração do Planeamento Central; e quando o Professor Abba P. Lerner redescobre Adam Smith e enfatiza que a utilidade essencial do sistema de preços consiste em induzir o indivíduo, na prossecução do seu próprio interesse, a fazer o que é de interesse geral, as divergências já não podem de facto ser atribuídas a preconceito político. A discórdia remanescente parece claramente dever-se a diferenças puramente intelectuais – e, mais especificamente, metodológicas.

Uma recente afirmação de Joseph Schumpeter no seu *Capitalism, Socialism and Democracy* oferece uma ilustração clara de uma dessas diferenças metodológicas que tenho em mente. O seu autor destaca-se entre os economistas que abordam os fenómenos económicos à luz de um determinado ramo do positivismo. Consequentemente, para ele, estes fenómenos são entendidos como quantidades objectivamente dadas de bens, que se afectam directamente umas às outras – quase, pensar-se-ia, sem qualquer intervenção de mentes humanas. Só à luz deste contexto sou capaz de explicar a seguinte (para mim, espantosa) afirmação: o Professor Schumpeter argumenta que a possibilidade de um cálculo racional na ausência de mercados para os factores de produção decorre, para o teórico, “da proposição elementar de que os consumidores, ao avaliarem (‘procurarem’) bens de consumo, avaliam também, *ipso facto*, os meios de produção que entram na produção desses bens.”¹

¹ *Capitalism, Socialism and Democracy* (New York: Harper & Bros, 1942), p. 175. O professor Schumpeter é, creio eu, também o autor original do mito de que Pareto e Barone terão “resolvido” o problema do cálculo socialista. O que eles – e muitos outros – fizeram foi apenas indicar as condições que uma alocação racional de recursos teria de satisfazer, e salientar que essas eram, em essência, as mesmas que as condições de equilíbrio de um mercado competitivo. Isso é algo completamente diferente de mostrar como uma alocação de recursos que satisfaça essas condições poderia ser encontrada na prática. O próprio Pareto (de quem Barone tomou praticamente tudo o que tinha a dizer), longe de afirmar ter resolvido o problema prático, na verdade nega explicitamente que este possa ser resolvido sem a ajuda do mercado. Ver o seu *Manuel d'économie politique* (2.ª Ed., 1927), p. 233-34 [por lapso, Hayek refere “*économie pure*” em vez de “*économie*”

Tomada literalmente, esta afirmação é simplesmente falsa. Os consumidores não fazem nada disso. O que o “*ipso facto*” do Professor Schumpeter presumivelmente significa é que a avaliação dos factores de produção está implícita na, ou decorre necessariamente da, avaliação dos bens de consumo. Mas isso também não está correcto. A implicação é uma relação lógica que só pode ser pertinentemente declarada a respeito de proposições presentes simultaneamente numa única mente. É evidente, contudo, que os valores dos factores de produção não dependem somente da valorização dos bens de consumo, mas também das condições de oferta dos vários factores de produção. Apenas a uma mente para a qual todos estes factos fossem simultaneamente conhecidos é que a resposta decorreria necessariamente dos factos à sua disposição. O problema prático, no entanto, surge precisamente porque esses factos nunca são conhecidos em semelhantes termos por uma única mente, e porque, portanto, é necessário que, na solução do problema, seja utilizado conhecimento que se encontra disperso por muitas pessoas.

O problema não fica, portanto, de forma alguma resolvido se conseguirmos mostrar que todos os factos, *caso* sejam conhecidos por uma única mente (como hipoteticamente assumimos que o são para o economista que contempla a situação), determinarão singularmente uma solução; pelo contrário, é preciso demonstrarmos como é que se produz uma solução através das interacções de pessoas que individualmente possuem apenas um conhecimento parcial. Assumir todo o conhecimento como dado a uma única mente, da mesma forma que assumimos que ele nos é dado a nós enquanto economistas que explicam o fenómeno, é assumir que o problema não existe e ignorar tudo o que é importante e significativo no mundo real.

Que um economista com o estatuto do Professor Schumpeter tenha deste modo caído na armadilha que a ambiguidade do termo “*datum*” arma aos incautos dificilmente se pode explicar como um simples erro. Ao invés, sugere que há algo de fundamentalmente errado numa abordagem que ignora recorrentemente uma parte essencial dos fenómenos com os quais temos de lidar, isto é, a imperfeição inevitável do conhecimento humano, e a conseqüente necessidade de um processo pelo qual o conhecimento seja constantemente

politique”]. A passagem relevante é citada em tradução inglesa no início do meu artigo “Socialist Calculation: The Competitive ‘Solution’”, *Economica*, VIII, n.º 26 (new ser., 1940), p. 125 [incluído como capítulo viii na compilação *Individualism and Economic Order* (1948)].

comunicado e adquirido. Qualquer abordagem que, como grande parte da economia matemática e das suas equações simultâneas, parta efetivamente do pressuposto de que o *conhecimento* das pessoas coincide com os *factos* objetivos da situação acabará sistematicamente por ignorar aquilo cuja explicação constitui a nossa principal tarefa. Estou longe de negar que, no nosso sistema, a análise de equilíbrio tenha uma função útil a desempenhar. Porém, quando isso chega ao ponto de induzir em erro alguns dos nossos mais importantes pensadores, fazendo-os acreditar que a situação descrita pelo equilíbrio tem relevância directa para a solução de problemas práticos, torna-se então imperativo que recordemos que o equilíbrio não lida de forma alguma com o processo social, e que não é mais do que um útil antecedente ao estudo do problema principal.

INSTITUTO +LIBERDADE, 2021

info@maisliberdade.pt

NOTA

O conteúdo do presente documento pode ser partilhado e reproduzido para fins de uso pessoal, científico ou pedagógico, devendo obrigatoriamente incluir devida referência aos indivíduos nele mencionados e ao Instituto +Liberdade. Qualquer outra reprodução, nomeadamente para exploração comercial, republicação ou alteração, é estritamente proibida sem a permissão do Instituto +Liberdade e dos seus autores, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

A menos que tal seja expressamente indicado, os pontos de vista dos autores do presente documento não são necessariamente, em toda a sua abrangência, os do Instituto +Liberdade.